



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI REFERENCIAL

OBRA: PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA ANGELO  
LOCAL: DAL MORO  
ENDEREÇO: GUATAMBU/SC  
RUA ANGELO DAL MORO

DATA BASE: abril-23  
TIPO DE OBRA: Construção de Rodovias

BASE CÁLCULO ISSQN: Sobre Serviço  
FOLHA PAG. LEI 12844/13: Sem Desoneração

ITEM COMPONENTE BDI		INTERVALO DE ADMISSIBILIDADE			VALOR PROPOSTO
		MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO	
AC	Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%	4,34%
R	Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%	0,90%
S + G	Riscos	0,97%	1,27%	1,27%	1,20%
DF	Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%	1,30%
L	Lucro	6,16%	7,40%	8,96%	8,00%
I	ISSQN (Conforme Legislação Municipal *)	0,60%	1,30%	2,00%	2,00%
	PIS		0,65%		0,65%
	COFINS		3,00%		3,00%
	CPRB (Conforme Lei 13161/2015 **)		4,50%		0,00%

BDI % (sem desoneração da folha de pagamento) = 23,42%

Esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo relatório do Acórdão TCU -

A. O Acórdão nº 2.622/2013 - TCU versa sobre as faixas de valores dos itens componentes do cálculo do BDI, bem como os valores. Os itens considerados no cálculo do BDI estão contemplados nas tabelas do Acórdão 2.622/2013, e também podem ser verificados no

B. A equação para o cálculo do BDI utilizada é a mesma indicada em bibliografias e a proposta pelo relatório que fundamentou o

$$BDI = \left( \left( \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

Informações sobre a tributação considerada na composição do BDI referencial:

\* Conforme a seção VI, Art. 83 da Legislação Municipal (Lei Complementar n. 112 de 29 de Novembro de 2017), a base de cálculo do Segundo o §1º Entende-se por preço do serviço a receita bruta a ele correspondente sem nenhuma dedução, executados os descontos ou Conforme o §4º Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor dos materiais fornecidos, devidamente comprovado pelo prestador Para comprovação dos materiais prevista no §4º o prestador de serviço deverá observar o indicado no §5º desta Lei Complementar.

\*\* A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi criada pela União para desonerar a folha de salários de A partir de 2011 através da Lei 12.546, as empresas passaram a ser contempladas com a política nacional de desoneração da folha de

Responsável Técnico(a)  
Município de Guatambu / SC  
Carimbo e Assinatura

Prefeito Municipal  
Município de Guatambu / SC  
Carimbo e Assinatura